



APUB
SINDICATO

Filiado
PROIFES **CUT**

www.apub.org.br

Nº 36 SALVADOR-BAHIA AGOSTO 2011



Juntos somos mais fortes!

Jornal da APUB

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA

Previdência
Complementar
preocupa
servidores **4**

Professores
aprovam proposta
de carreira docente **5**

Entrevista com
Eduardo de Oliveira,
vice-presidente do
Proifres **6**

Proifres Fórum agora é Federação

No último dia 17 de julho, os delegados presentes no VII Encontro Nacional do Proifres, em São Paulo, decidiram pela transformação da entidade em Federação. A decisão da categoria é um marco no movimento sindical brasileiro e fortalece a luta por mais conquistas para os docentes das instituições federais de Ensino Superior.

Página 3

Foto: Maliana Brito



Em prol da categoria

Diante da importância do evento para a categoria de docentes das Ifes, o Apub Sindicato dedica esta edição ao VII Encontro Nacional do Proifes, que aconteceu entre os dias 15 e 18 de julho último, em São Paulo, e reuniu dezenas de delegados das associações e sindicatos filiados ao Proifes Fórum, além dos convidados e representantes das ADs.

Durante os quatro dias, os professores travaram importantes discussões, a fim de traçar estratégias para obter mais conquistas para a categoria. Duas mesas merecem destaque entre as seis formadas: a primeira foi campanha salarial e carreira docente e, a outra, considerada a principal, discu-

tiu a transformação do Proifes Fórum em Federação e a construção do Estatuto da nova entidade sindical. Foram debatidos ainda temas como: EBTT, Previdência Complementar, PNE (Plano Nacional da Educação) e demandas dos professores aposentados.

A Apub esteve representada pela delegação, formada por sete professores e professoras: Eloísa Pinto (presidente em exercício), George Mariane (diretor de Comunicação e Cultura), Elvira Cortês (diretora financeira), Geraldo Costa - observador (UFRB), as delegadas Ana Alice Costa e Leopoldina Menezes e o delegado Israel Pinheiro, que defenderam as teses eleitas pelos filiados à entidade, no mês de junho.



Fotos: Maiana Brito

Os diretores da Apub fizeram grandes contribuições nas apresentações das teses e debates durante os quatro dias de evento em São Paulo



**APUB
SINDICATO**

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA

Redação
Rua Padre Feijó, 49 - Canela
Salvador - BA - Brasil - 40110-170
apub@apub.org.br - www.apub.org.br
Telefax: 71 3235-7433

Presidenta
Profª Sílvia Lúcia Ferreira
Enfermagem

Vice-Presidenta
Profª Eloísa Santos Pinto - IFBA

Diretora Administrativa
Profª Lina Maria Brandão de Aras
FFCH

Diretora Financeira
Profª Elvira Barbosa Quadros Côrtes
Medicina

Diretor Acadêmico
Prof. João Augusto de Lima Rocha
Politécnica

Diretor de Comunicação e Cultura
Prof. George Mariane Soares Santana -
UFRB

**Expediente
Jornal da APUB**
Informativo mensal do Sindicato dos
Professores das Instituições Federais
de Ensino Superior da Bahia.

Jornalista
Maiana Brito
(DRT 2829-BA)
maianabrito@apub.org.br

Designer Gráfico
Carlos Vilmar
carlosvilmar@apub.org.br

Impressão
PressColor

Tiragem: 3 mil exemplares

Filiados transformam Fórum em Federação

Após longa discussão, durante todo o terceiro dia, do VII Encontro do Proifes, os delegados deliberaram sobre a transformação do Proifes Fórum em Federação. O debate acerca da mudança teve início no encontro anterior.

Para os representantes das associações e sindicatos de docentes presentes, foi o momento mais importante do evento e representa o fortalecimento da categoria e avanço em busca de mais conquistas. Não fosse uma única abstenção na votação, teria sido uma decisão unânime.

De acordo com as deliberações dos delegados e com a proposta de Estatuto aprovada pelo plenário para a Proifes Federação, o Conselho Deliberativo será a instância máxima de decisões e os encontros realizados serão deliberativos, e não apenas propositivos. Além disso, o Conselho Fiscal terá autonomia e independência em relação à Diretoria Executiva.

Após as inserções das observações feitas durante as discussões, o documento passará por avaliação jurídica. Depois, será submetido à aprovação pelos associados mediante consulta e entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2012. A diretoria eleita fica à frente da nova entidade por um período de três anos.

Para a diretoria do Proifes Fórum, é um avanço em termos de orga-



Assembleia aprova transformação do Proifes de Fórum para Federação

nização sindical. É o coroamento de uma luta que começou há sete anos. “É, sem dúvida, a mais ousada mudança no sindicalismo brasileiro no serviço público, que depois da consolidação vai ter outra cara, obedecendo não mais às amarras da legislação sindical varguista, mas aos princípios da liberdade, da democracia e da autonomia”, afirma o diretor de Comunicação, Flávio Vieira.

Um breve histórico

Em 2004, um grupo pequeno de professores, insatisfeitos com a condução da Andes ao movimento docente, com uma política estreita e partidari- zada, decidiu sair do sindicato e criar o Proifes Fórum. A entidade nasceu

com o objetivo primordial de defender o ensino de qualidade nas universidades públicas e lutar por melhores salários e condições de trabalho.

De acordo com o presidente da entidade, Gil Vicente Figueiredo, atualmente representa cerca de 20 mil docentes de instituições federais de ensino superior do país e, ao todo, oito entidades são filiadas (ADUFRGS, ADUFSCar, APUBH, ADUFG, ADUFMS, APUB, ADURN, ADUFC, SindE-dutec, Proifes Sindicato).

A maioria ainda é associação, mas está no caminho da transformação em sindicato, assim como a Apub (Bahia), a Adufrgs (Rio Grande do Sul), a Adurn (Rio Grande do Norte) e a Adufms (Mato Grosso do Sul).

Professores aposentados e de EBTT ganham Grupo de Trabalho

Como não poderia ser diferente, já que o Proifes não abre mão que a negociação com o governo seja conjunto com o Magistério Superior, o EBTT (Ensino Básico Técnico e Tecnológico) também foi tema de uma mesa nesta edição do Encontro Nacional. Com uma participação substancial de professores desta categoria, o debate foi bastante rico.

A professora Gilka Pimentel, da delegação da Adurn (Associação dos Docentes da Universidade do Rio Grande do Norte), apontou os principais problemas enfrentados no

dia-a-dia e o que precisa ser alterado. Após a explanação, os delegados aprovaram a criação de um Grupo de Trabalho para debater questões específicas, bem como a realização de um encontro anual sobre a temática. O primeiro deve ocorrer entre janeiro e março do próximo ano.

Aposentados – Os professores aposentados também tiveram vez e reivindicaram a concretização dos encontros regionais em todos os estados, a exemplo de Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Norte. O próximo, em âmbito nacional, está



Professora Gilka Pimentel, da Adurn

previsto para outubro. As discussões também renderam a implantação de um Grupo de Trabalho específico.

Em tramitação na Câmara

O Projeto de Lei 1992/2007, que institui a Previdência Complementar para os servidores públicos federais titulares de cargos efetivos, estava parado desde quando foi proposto pelo Congresso Nacional, mas voltou à pauta no ano passado. No final de junho deste ano, com 60 propostas de emendas feitas pelos deputados federais, o documento voltou para o relator Sílvio Costa, que, no parecer do dia 27 do mesmo mês, rejeitou 18 proposições, aprovou integralmente 40 e parcialmente duas.

O prazo para as emendas ao substitutivo terminou no último dia 7 de julho. Agora, resta aos servidores aguardar as respostas das outras comissões e torcer para que os deputados se sensibilizem e aprovem um substitutivo ao PL.

Projeto de Lei 1992 inquieta servidores públicos federais

Assunto também discutido no VII Encontro do Proifes, em São Paulo, mês passado, foi a Previdência Complementar. Entre os destaques, o Projeto de Lei 1992/2007, que tem causado inquietação entre os servidores públicos federais, principalmente os calouros.

Para os professores, é preciso agir. Caso seja aprovado, o PL vai prejudicar não só os que ingressaram na carreira pós 2004, mas todos os servidores. Quem se aposentar ou precisar se afastar, independentemente do valor da remuneração mensal, vai receber até R\$ 3,689 mil. Especificamente no caso dos docentes das Ifes, onde os salários variam de R\$ 1,536,46 mil até R\$ 15.413,08 mil, o prejuízo é enorme.

De acordo com o advogado do Proifes, Vilmar Locatelli, o caminho é

apelar aos parlamentares que façam as alterações necessárias no documento, para que não prejudique muito os trabalhadores, e ainda propor um substitutivo. O projeto está na Comissão de Administração e Serviço Público e vai passar por mais três (Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação, Constituição e Justiça e da Cidadania), nesta ordem. Caso aprovado em todas, não precisa passar pelo plenário. Segundo Locatelli, se tiver parecer favorável na primeira, vai passar com facilidade nas outras. Uma desvantagem para os trabalhadores.

Circula na internet, através do site do Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União), www.sindilegis.org.br/peticao, um abaixo-assinado contra a aprovação do PL.



A argentina Yamile Socolovsky destacou a necessidade de traçar estratégias para transformar a universidade pública em protagonista na educação

PNE proporciona debate de peso

No primeiro dia do evento, os professores discutiram o PNE (Plano Nacional da Educação), cujas teses relacionadas ao tema, expostas pelos delegados, foram debatidas e votadas. Apresentadas também as emendas propostas pelo Proifes Fórum ao Projeto de Lei 8.035/2010.

Participaram das discussões, Marco Antônio Soares (CNTE), Edson Guilherme (Mosap), Carlos De Feo (Conadu) e Yamile Socolovsky (do Instituto de Estudos e Capacitação). Eles defenderam o investimento de 10% para a educação, em vez dos 7% propostos pelo governo.

Além disso, apontaram que o PNE deve prever estratégias para colocar as universidades públicas como protagonistas no processo democrático de educação de qualidade. Uma vez aprovado, o Plano Nacional de Educação tem prazo de validade até 2020.

Delegados e delegadas aprovam a proposta de carreira docente

Na abertura das discussões sobre campanha salarial e carreira docente, o presidente do Proifes Fórum, Gil Vicente Figueiredo, fez uma breve explanação da negociação com o governo federal, através dos ministérios da Educação e do Planejamento, Ordenação e Gestão, o que já rendeu inúmeras mesas de discussão. A proposta da diretoria do Proifes, apresentada por ele foi aprovada pelos delegados, após o plenário fazer interferências e sugestões.

Os professores pediram espaço de participação dos dirigentes sindicais nas mesas de negociação com o governo federal e disseram também não aceitar a inserção de outra classe acima à de Associado, para evitar os transtornos que ocorreram com a criação desta. Além disso, os presentes marcaram a defesa da isonomia remuneratória entre o Ensino Superior e o EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), assim como entre ativos e aposentados.

Outras solicitações da categoria são a incorporação das gratificações do salário, ao invés de extingui-las, valorização do piso, instalação de uma política de reajuste anual até 2014, garantia de condições de trabalho e infra-estrutura adequada para o desenvolvimento



Presidente do Proifes, Gil Vicente, falou sobre a negociação com o governo federal

dos trabalhos e aposentadoria integral para os novos docentes.

De acordo com Gil Vicente, o secretário dos Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva, alegou que o impacto estimado do aumento em negociação, composto pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais a participação de 14,17% do Produto Interno Bruto (PIB), associado às demais reivindicações é de R\$ 50 bilhões por ano e, por conta disso, sugeriu que as entidades representativas selecionem as prioridades a serem discutidas com o governo.

O presidente da entidade sindical ressaltou que esta não é uma conversa fácil e que na hora de sentar à mesa é preciso saber até onde se pode flexibilizar e o que não se pode abrir mão, como a negociação conjunta entre o Magistério Superior e o EBTT.

Nova rodada de negociação das duas mesas com o MEC e o MPOG acontece no dia 2 de agosto próximo, em Brasília. Os docentes estão confiantes de que vão conseguir arrancar um acordo justo, pois a categoria está unida com esta finalidade.



Leopoldina Cachoeira Menezes, Israel Pinheiro e Ana Alice Alcantara Costa, defenderam as teses da Bahia, eleitas pelos filiados da Apub

Apresentando teses e defendendo opiniões

Com texto inserido no tema Campanha salarial e carreira docente, a professora Leopoldina Cachoeira Menezes defendeu a tese *Recuperação de Direitos*, que ficou em primeiro lugar na eleição, ocorrida no mês de junho entre os filiados à Apub. Ela defende a busca de uma regularidade de correção salarial justa e que garanta o desconto no Imposto de Renda dos gastos com

capacitação pessoal. Sua proposta foi aprovada por unanimidade entre os delegados presentes no Encontro Nacional.

A professora Ana Alice Costa também apresentou a sua problemática, que defende a necessidade de ampliar as discussões voltadas para a discriminação de gênero, raça e orientação sexual nas faculdades. Após um longo debate

e apresentações de opiniões contra e a favor, a tese foi aprovada pelo plenário, que entendeu ser importante abordar este tema dentro das escolas.

Professor Israel Pinheiro apresentou sua proposta, que trata sobre a realização de encontros regionais do Proifes, ao invés de só ocorrer o nacional. Indicação aprovada com facilidade pelos delegados.



Mudanças e desafios

Eduardo Rolim de Oliveira é doutor em Farmacoquímica pela Universidade Paris XI, é professor Associado do Departamento de Química Orgânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde 1997. Atualmente, é vice-presidente do Proifes Fórum e preside do Conselho de Representantes da ADUFRGS - SINDICAL (Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre).

Jornal da Apub - Há ganhos significativos para professores que ingressam em uma universidade pública? O que representa isso para o docente profissionalmente?

Eduardo de Oliveira - A primeira grande vantagem de ser professor em uma universidade pública, notadamente federal, é o prestígio de trabalhar em uma instituição qualificada, reconhecida, onde terá a liberdade acadêmica de ensinar, criar conhecimento e atuar socialmente na extensão. Do ponto de vista da carreira, desde que o Proifes acordou com o governo a reestruturação, o docente ingressante tem uma possibilidade de ascensão durante pelo menos 14 anos, se ingressar como doutor, o que é o normal hoje. O teto da carreira aumentou mais de 70% em três anos, o que torna essa opção profissional atrativa.

Jornal da Apub - O que os professores pós 2005 perderam de direitos? Se houve, realmente, foram perdas significativas?

EO - Eu diria que as mudanças significativas foram em janeiro de 2004, nas questões previdenciárias. Mas, houve grandes mudanças desde 1998, com o fim de uma série de vantagens, como o fim do adicional por tempo de serviço e a aposentadoria proporcional. Entendo que as principais mudanças foram nas condições e exigências do trabalho. Pouco a pouco, os professores foram assumindo tarefas, antes exercidas por técnicos, com a informatização. Muito se cobra produção, mas sem uma contrapartida de uma justa avaliação da relevância social do que se produz.

Jornal da Apub - Quem são esses professores e por que tiveram prejuízos?

EO - São em geral jovens doutores, filhos da explosão da pós-graduação no Brasil na década de 1990, que entram na carreira após concluírem um ou dois estágios de pós-doutorado. Professores em geral com pouca experiência didática e que se veem frente a uma geração de alunos diferente, muito exigente em termos tecnológicos, inquieta, e para a qual é necessária uma nova forma de se fazer docência, mas muitas vezes não estão preparados. Em geral, estão voltados para a produção de conhecimento na pesquisa, preparados para atingir índices e publicar artigos. É a geração que vai ter que sustentar a expansão e universalização do ensino superior no Brasil, com as dificuldades inerentes a um tempo de mudança e transição.

Jornal da Apub - E sobre a Previdência? Teve alguma alteração?

EO - Desde 2004, todos os que ingressaram no serviço público não têm mais aposentadoria integral. Isso é algo que a maioria dos professores antigos e mesmo dos jovens ainda não entendeu. Não existe mais para esses servidores e para os que se aposentam hoje, por invalidez ou compulsória, sem ter 30 ou 35 anos de contribuição, a correspondência de salários entre ativos e inativos, algo que era óbvio e inquestionável no passado. Os sindicatos têm que entender que terão que representar professores, na prática, fora da carreira, sem integralidade e paridade. Ao completar seu tempo de serviço, terá os proventos de aposentadoria calculados pela média das 80% melhores contribuições ao longo do tempo de serviço. E esse novo aposentado terá sua única rubrica no contracheque, reajustada pelo índice de aumento do RGPS (INSS), sem

nenhuma relação com os reajustes dos ativos.

Jornal da Apub - E em relação à saúde suplementar? Como o Proifes vê a concorrência dos planos grandes com os dos sindicatos?

EO - É uma situação delicada e para a qual não há receita única. Poucos são os exemplos de planos próprios, como o Apub Saúde (Bahia), o Caurn (Rio Grande do Norte) e Casu (Minas Gerais). A imensa maioria dos professores do Brasil não tem acesso a planos próprios, alguns poucos têm o GEAP e a maioria tem planos com operadoras comerciais, alguns em convênios dos sindicatos, como a ADUFRGS (para a UFCSPA e o IFRS), a ADUFSCar e a ADUFG, por exemplo. Outros têm planos da Universidade, como é o meu caso, na UFRGS. O problema maior é que isso mostra que a classe média brasileira foi empurrada para os planos privados de saúde, não porque não tenha acesso ao SUS, mas porque quer melhores serviços e paga por isso, cada vez mais caro e sem qualidade.

Jornal da Apub - Quais as alternativas para resistir às investidas dos concorrentes?

EO - Aqueles que têm acesso a planos próprios, uma grande minoria como disse, têm que defender seu modelo, sem dúvida mais justo que o dos planos comerciais, já que não visa ao lucro. Mas, é importante que se distinga o papel dos sindicatos, em atender este tipo de serviço e manter sua função precípua, que é a de representar a categoria. Foi correto o movimento realizado pela APUB, de separar o plano de saúde do Sindicato.

Confira a entrevista completa no site